

ATA Nº 22/2025 - Sessão Ordinária

No dia três do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nas dependências da Câmara Municipal de Harmonia, no prédio do Centro Administrativo, presidida e secretariada por Leozildo Rodrigues Lira e Mateus Arthur Specht ainda presentes Danielli Marcanson, Cleiton Graff, Marco Dahmer, Ana Caroline Ledur, Dirceu Ervino Müller, Paulo Alfredo Führ e Joel André Kleinschmitt. O presidente Leozildo Rodrigues Lira, dá início aos trabalhos do legislativo para a sessão com a apreciação da matéria do EXPEDIENTE: Colocou em votação a ata 21/2025 que todos os vereadores receberam via rede social e é aprovada por unanimidade. Em continuidade, o Secretário Mateus Arthur Specht informa que não houve correspondências recebidas. Seguindo com a sessão, na ORDEM DO DIA: Os projetos do Executivo Municipal, Projeto de Lei N.º 1666/2025 - "Aumenta número de Cargos na atual Estrutura Administrativa do Município de Harmonia e dá outras providências." A vereadora Ana Caroline Ledur, destacou que considera a proposta válida. Relatou que, neste ano, ocorreram dois seminários, um da Assistência Social e outro ao idoso, ambos com a participação de uma consultora externa que ministrou as palestras. Informou que participou dos dois eventos justamente para compreender melhor as necessidades desses grupos e desse setor, que, em sua avaliação, muitas vezes são deixados de lado e acabam sucateados por não serem vistos como prioridade. A vereadora relatou que, durante as palestras, ao ouvir relatos sobre programas e projetos desenvolvidos em outros municípios, notou as trocas de ideias entre colaboradoras da área que estavam ao seu lado. Ressaltou que um ponto que lhe chamou atenção nesses encontros foi a dificuldade enfrentada pelo setor, já que as equipes ficam sobrecarregadas com as rotinas e com a execução do mínimo necessário, sem conseguir avançar por falta de tempo e de pessoas. A vereadora também mencionou ter conversado com colegas, nas quais foi informado que a vaga em discussão seria preenchida por servidor efetivo, utilizando o concurso já aberto, sem necessidade de contratação ou de um novo concurso. Em sua avaliação, essa medida é justa, pois entende que, se o setor público exige concurso, deve priorizar essa forma de ingresso. Reforçou que, conforme constatou nos seminários, há necessidade de realizar mais do que o mínimo e o básico, motivo pelo qual considera a medida importante. O projeto foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade. O presidente Leozildo Rodrigues Lira, informou ao público presente e aos que assistiam pelo Facebook, sobre o Projeto de Lei nº 1667/2025, que institui o Plano Plurianual do Município de Harmonia para o quadriênio de 2026 a 2029. Destacou que o referido projeto será apresentado e discutido em Audiência Pública no dia 17 de novembro de 2025, às 18h. A Prefeitura já realizou a sua audiência, e a Câmara também deve cumprir esta etapa. Assim, será realizada a audiência às 18h, antes da sessão ordinária, para apresentar o conteúdo do PPA ao público. Após a audiência, o projeto será incluído na ordem do dia para votação na sessão do próprio dia 17. Informou ainda que o projeto entrou na casa e se encontra disponível para todos os vereadores para análise. Na sequência, o Projeto de Lei nº 1668/2025 - "Autoriza a instituição do Programa de

Recuperação fiscal – REFIS - no município de Harmonia e dá outras providências.” Após a leitura do projeto, o presidente solicitou ao assessor jurídico uma explicação técnica, antes de abrir a discussão entre os vereadores. O Assessor Jurídico, doutor Frederico Bet, cumprimentou o presidente, a mesa diretora, os demais vereadores, o público presente e aqueles que acompanhavam a sessão de casa. Em seguida, explicou que o Projeto de Lei nº 1668 trata do chamado REFIS, prática comum em algumas cidades. Relatou que, como advogado e saudosista, vê com bons olhos o projeto, por entender que se trata de um instrumento que as prefeituras possuem para buscar arrecadações que estão faltando. Destacou que o programa possibilita que os devedores procurem a Prefeitura para quitar seus débitos com algum benefício que facilite a regularização. Esclareceu que os descontos previstos incidem apenas sobre juros e multa, não havendo desconto sobre a correção monetária, pois isso configuraria renúncia de receita. Assim, a correção, o dinheiro que está em aberto, permanece sendo corrigido. Informou que, no pagamento à vista, o desconto é de 95% nos juros e na multa; no pagamento parcelado em até quatro vezes, o desconto é de 80%; e, em até oito parcelas, 60%, seguindo sucessivamente até o limite de 36 parcelas. Ressaltou que o primeiro pagamento deve ser realizado no ato do parcelamento, o que garante o início imediato do pagamento da dívida. Observou também que o valor mínimo de cada parcela é de R\$ 50,00, medida que evita parcelamentos excessivamente longos, como parcelar R\$ 100,00 em 100 vezes. Dessa forma, o projeto estabelece tanto o número máximo de parcelas de 36 quanto o valor mínimo permitido de R\$ 50,00. O Assessor Jurídico avaliou o projeto como positivo, por se tratar de um mecanismo eficiente para recuperar valores de contribuintes inscritos em dívida ativa, inclusive aqueles já envolvidos em processos de execução fiscal. Caso o contribuinte esteja respondendo a processo de execução fiscal de iniciativa da Prefeitura, poderá solicitar o cancelamento do pagamento. O processo judicial ficará suspenso até a quitação integral da dívida. Por fim, considerou o projeto louvável e interessante que a Prefeitura possui, destacando a necessidade de aprovação pela Câmara para sua implementação. O projeto foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade. Projetos do Legislativo, Pedido de Indicação N.º 20/2025 de iniciativa do vereador Cleiton Graff – Cleiton Graff, vereador da bancada do PSDB no município de Harmonia, usando das prerrogativas que lhe conferem a Lei Orgânica e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta à Mesa Diretora a seguinte INDICAÇÃO: Que o Poder Executivo Municipal analise a possibilidade de instalar uma cobertura sobre a rua de PVS no Parque Municipal José Albino Jacoby. JUSTIFICATIVA A presente indicação tem por objetivo sugerir a instalação de uma cobertura que se estenda desde o portão de acesso ao parque até a entrada do Ginásio Municipal Edgar Roberto Fink. A medida visa proporcionar maior comodidade aos munícipes, especialmente em dias de chuva, permitindo a utilização do espaço com mais conforto. Além disso, a cobertura servirá como proteção contra o sol e a chuva durante a realização de jogos e atividades no campo, bem como em futuras edições da Fruchtefest. O vereador Cleiton Graff, saudou a todos os presentes, aos que assistiam pelo Facebook e aos colegas

vereadores. Destacou que considera muito interessante a instalação da cobertura, no qual em dias de chuva, especialmente quando há jogos de futebol, o estacionamento costuma ficar lotado. Nessas situações, é preciso deixar o veículo mais ao fundo e, até chegar na parte superior, a pessoa acaba se molhando. Ressaltou ainda que, no verão, durante os jogos de futebol sete, o espaço poderá servir como área de sombra para o público. O projeto foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade.

GRANDE EXPEDIENTE

A TRIBUNA: Não tivemos inscritos. TRIBUNA POPULAR: Não tivemos inscritos.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Inscritos – A vereadora Ana Carolina Ledor iniciou cumprimentando a todos os presentes e aqueles que acompanhavam a sessão pelo Facebook. Em seguida, afirmou que faria uma manifestação não apenas como vereadora, mas também como cidadã, alguém que ama a cidade, gosta de estar nela e que, por isso, decidiu assumir o papel como representante. Destacando que acredita que falar a verdade jamais pode ser motivo para punição. Ela lembrou que, no final da semana anterior, o presidente havia lido duas frases pelas quais está sendo julgada, de forma bastante enfática. Por esse motivo, decidiu novamente esclarecer o assunto publicamente. Contou que, em seu depoimento à comissão de ética instaurada na Casa para análise, no qual teve a oportunidade de explicar e se posicionar, e entendeu a importância de tornar isso claro para toda a população. A vereadora explicou que está sendo julgada por duas frases retiradas de um discurso maior, de quase cinco minutos, no qual tratava de uma investigação do Ministério Público chamada de “Operação Patrola”, uma investigação real, pública e divulgada em jornais, sites oficiais e pelo próprio Ministério Público, em que diversos municípios foram citados, inclusive Harmonia. Relatou que agiu como qualquer vereadora responsável faria: pediu explicações, cobrou transparência e cumpriu sua função de fiscalização. Segundo ela, duas frases foram pegadas isoladas de um discurso de quase cinco minutos. Ao afirmar que “isso nos preocupa e nos entristece, porque significa que o nosso município também foi lesado por práticas de corrupção no passado”, esclareceu que sua referência era ao prejuízo moral. Destacou que se referia à tristeza de ver o nome da cidade associado a uma situação desse tipo. Ressaltou que, mesmo estando em investigação e mesmo que posto em dúvida, já pode ser colocada de forma lesada na sua imagem. Ressaltou não ter acusado ninguém, não apontou nomes e apenas pediu esclarecimentos, como a população espera dos representantes. Sobre a frase “até em cidades pequenas como a nossa há casos comprovados de corrupção, precisamos redobrar a fiscalização e o compromisso com a ética”, esclareceu que utilizou exemplos de outras cidades, como Nova Prata, que foi citada pelo Ministério Público e que já teve condenações. Explicou que mencionou esse exemplo para reforçar que ninguém está imune e que é necessário manter a vigilância independentemente do tamanho da cidade. Considerou injusto que seu discurso tenha sido interpretado como uma acusação. Quando ressalta que sua fala foi tirada de contexto, refere-se ao fato de que apenas duas frases foram destacadas de um discurso de quase cinco minutos. A vereadora destacou que, já no primeiro minuto de sua fala, afirmou: “Prova disso é o que o nosso município está passando hoje, que é sobre uma investigação do

Ministério Público”. Acrescentou ainda que o vídeo em que apresenta essas colocações, abrindo aspas e citando as frases de forma explicativa, está disponível em sua rede social, e é o mesmo que está sendo usado na representação, que não partiu de sua autoria. Afirmou que, já no primeiro minuto de sua fala, deixou claro tratar-se de uma investigação do Ministério Público e que, no último minuto, citou a frase: “Para que a administração tenha a responsabilidade de nos informar sobre como está essa investigação”, referindo-se à “Operação Patrola”. Reforçou que iniciou e concluiu seu discurso mencionando a investigação. Ela afirmou que sempre agiu com responsabilidade, respeito e amor pela comunidade. Acrescentou que essa situação não envolve apenas sua pessoa, mas o direito de todos de falar, questionar, fiscalizar e fazer isso sem medo de represálias. Alertou que amanhã qualquer um poderia precisar cobrar transparência, imaginando o risco de ser punido por isso, apontando que, nesse cenário, quem perde é o povo. Encerrando, relatou que buscava dar um esclarecimento público, no qual pode apresentar em seu depoimento, reforçando que sua fala fosse avaliada como um conjunto e não por duas frases distorcidas. Pediu que olhassem para sua trajetória, sua dedicação e a coerência de suas ações, não apenas no discurso, mas no trabalho que exerce. Agradeceu a todos e desejou boa noite. O vereador Cleiton Graff, iniciou cumprimentando o presidente, os demais colegas, o assessor Federico, o secretário João Pedro e o público presente. Em seguida, destacou sobre a Operação Terra forte. Lembrou que, nos dias 17 de setembro e 17 de outubro, ocorreram as inscrições para o programa, que registrou em Harmonia 35 participantes. Comentou que o Marcos presente, integrou a comissão responsável pela seleção dos 20 contemplados, cujas famílias podem receber até 30 mil reais para investir em suas propriedades, em ações produtivas na área social e ambiental. O vereador observou que o processo de seleção foi bastante interessante e ressaltou que esteve presente durante as seleções. Informou que foram adotados critérios de prioridade, começando pelos jovens, seguido pelas mulheres e, posteriormente, pelos demais inscritos. Também mencionou que, na próxima sexta-feira, serão conhecidos os finalistas do Futebol de Salão, deixando um convite para que todos participem. Finalizou agradecendo a atenção. O vereador Marco Dahmer cumprimentou o presidente, os demais colegas vereadores, o assessor Federico, secretário João Pedro, o público presente e aqueles que acompanhavam a sessão pelo Facebook. Iniciou sua fala parabenizando seu pai, que estava de aniversário e costuma assistir às sessões pelo Facebook. Também deixou os parabéns para a colega Dani, que também estava de aniversário. Em seguida, agradeceu e parabenizou o prefeito Ernani, destacando que havia feito diversas cobranças, feitas também pelo colega Maratá através do Pedido de Indicação, a respeito da instalação de duas lixeiras na Rua Félix Frozi, no loteamento Parque Harmonia. Informou que duas lixeiras foram colocadas no local, o que trará grande benefício aos moradores, já que antes o lixo era deixado na esquina, situação bem conhecida pelo vizinho Clemente. Acreditou que, com essa instalação, o problema será resolvido. Por fim, encerrou desejando uma boa noite a todos. O vereador Leozildo Rodrigues Lira afirmou estar feliz pela fala da vereadora, porque

acredita que, nesses dois meses desde que a representação entrou na Casa e vem sendo discutida, foi a primeira vez que se chegou ao ponto central que originou a representação. Comentou que, na última sessão, destacou sua preocupação em zelar pela instituição Câmara de Vereadores, relatando que todos são passageiros. Relatou que recebeu vídeos e cobranças no WhatsApp, com pessoas dizendo que os vereadores queriam cassar a vereadora Ana por ela ter feito um pedido de informação. Ressaltou que, replicou as frases da vereadora na última sessão, conforme já havia dito anteriormente, não tinha o objetivo de acusá-la, mas sim de esclarecer a origem de tudo que estava acontecendo. Reforçou ainda que um vereador elaborar um Pedido de Informação e gerar uma representação, ou pelo gênero do vereador gerar uma representação, algo que o preocupa, como vereador e principalmente enquanto presidente, não lhe parece fazer sentido. Destacou que as duas frases mencionadas, distorcidas ou não, ainda serão analisadas no relatório futuramente. Ressaltou que o que o deixa satisfeito é que todos chegaram a um entendimento e passaram a falar a mesma língua sobre o verdadeiro motivo que originou a representação. Compartilhou ainda, que na semana anterior, esteve em Brasília com o prefeito e o secretário Marco. Relatou não haver como iniciar uma fala sobre viagem a Brasília, e não dizer que não concorda com o sistema, relatando a necessidade de “mendigar” recursos que saem do próprio município, mas que infelizmente o sistema é este. Explicou que, apesar disso, quem não é visto não é lembrado, e que as emendas parlamentares são essenciais para o desenvolvimento do município. Compartilhou que participaram da reunião da bancada gaúcha e pediu que os colegas vereadores, o público presente e quem acompanhava a sessão, para que entrassem em contato com deputados federais ou chefes de gabinete, já que a decisão sobre os projetos que receberão recursos das emendas de bancada ocorreria no dia seguinte à sessão. Informou que nove prefeitos da região estiveram em Brasília solicitando que a Transcitrus voltasse a constar entre os projetos contemplados. Explicou que foram solicitados 18 milhões para concluir o trecho inicial e os braços da Transcitrus. Relatou que, em Harmonia, o trecho está pronto, mas os braços em direção ao Morro do Cedro, até próximo à residência da falecida Dulce e do Luiz Schuh, já está aprovado, segundo o vereador. Salientou que são 31 deputados federais e três senadores responsáveis pela votação. Apontou que, se os 18 milhões forem aprovados, seria um sonho para concluir toda a obra. Caso venha metade, nove milhões, ainda assim representaria um milhão por município, o que já ajudaria muito. Relatou sua preocupação ao assistir à reunião da bancada, pois, entre os 12 projetos apresentados, nove eram da área da saúde. Destacou que grandes hospitais e diretores de diversos pontos do estado estavam praticamente implorando recursos para evitar um colapso. Citou o caso da referência em cardiologia em Canoas, que já está entrando em colapso, onde há colonos do município internados há 50 dias, sem previsão para realizar cirurgia. Pontuou que, em Brasília, 50% das emendas individuais de todos os deputados são destinadas à saúde, indo para as emendas de bancada que chegam a pouco mais de 400 milhões, implorar por recursos para a saúde. Afirmou que a situação da saúde no estado é grave e sem perspectiva de melhora em curto

prazo, porque apenas emendas isoladas não resolvem o problema. Enfatizou que o setor precisa de financiamento contínuo para atender às demandas. Concluiu dizendo que apresentaram e defenderam a demanda, lembrando que entre o dia da sessão e o dia seguinte seriam definidos os projetos que receberão recursos no próximo ano. Informou também que o orçamento das emendas individuais será votado ainda em novembro, ocasião em que aproveitaram para visitar todos os gabinetes, reforçando a necessidade das emendas. Destacou a tratativa sobre a ciclovia em direção ao Caí com Lucas Redecker, uma emenda maior para o Centro Cultural discutida com Busato, além de demandas nas áreas de saúde e educação em diversos gabinetes. Registrou que foram visitados todos os gabinetes, incluindo os de Heitor Schuch, Lucas Redecker, Daniel, Busato, Bohn Gass e os três senadores. Mencionou que, no FNDE, o município havia sido habilitado em 2023 para receber um ônibus. Explicou que a equipe interna da prefeitura encaminhou toda a documentação corretamente, porém o veículo não foi liberado por falta de orçamento. Informou que, em 2025, o município foi novamente habilitado, mas também não receberá o veículo pelo mesmo motivo. Relatou que, durante a ida ao FNDE para cobrar essas duas aprovações, foram informados de que, no próximo ano, será necessário cadastrar toda a documentação novamente. Sobre o turismo, relatou que trataram em audiência sobre o museu, resultado de uma emenda de 2023 do deputado federal Van Hattem, vinculada ao Ministério do Turismo. Informou que, em agosto, o ministério aprovou a licitação. O município realizou o processo licitatório e recebeu a aprovação do ministério, restando apenas o pagamento. Apontou que a empresa vencedora não inicia a obra enquanto o recurso não estiver na conta. Desde agosto, o pagamento não ocorreu. Durante a visita ao ministério, conversaram com os responsáveis por mais de três horas e saíram sem perspectiva de quando o valor será liberado. Segundo relataram, isso depende do orçamento e da decisão da ministra Gleisi Hoffmann. Finalizou informando que o museu está licitado e pronto para iniciar, faltando apenas a transferência do valor aprovado. Concluiu relatando que durante terça e quarta caminharam por Brasília, cansativo, mesmo não concordando com o sistema, é preciso ir, bater na porta e pedir, sempre pensando no desenvolvimento da cidade. Reforçou o pedido para que quem tiver contato com chefes de gabinete faça uso desses canais, pois a definição sobre a Transcitrus ocorreria entre aquele dia e o seguinte. Solicitou que entrem em contato e cobrem para que o projeto esteja entre os inúmeros encaminhados para a destinação dos 438 milhões previstos em emendas de bancada, recursos que compõem o orçamento dos deputados. Finalizando, o presidente encerrou a sessão às 19h40min convocando os vereadores para a próxima Sessão Ordinária do dia 17 de novembro de 2025, às 19h, na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Harmonia, reforçando sobre a Audiência Pública às 18h. Agradeceu a presença de todos e desejou uma excelente semana a todos.

LEOZILDO RODRIGUES LIRA
PRESIDENTE

MATEUS ARTHUR SPECHT
SECRETÁRIO

